«Caso Canto e Castro» no C. R.

Sousa e Castro não confirma nem desmente as notícias publicadas

Os sinais de desestabilização da situação político-militar que, de há semanas a esta parte, se vê acumulando, parece terem atingido mais um ponto alto da sua trajectória, com as revelações tornadas públicas, no início desta semana, sobre um hipotético encontro, em Bruxelas, entre o conselheiro da Revolução, major Canto e Castro e o dirigente da FNLA Holden Roberto, e com a inesperada saída da Escola Prática de Cavalaria de um dos "operacionais" do 25 de Abil, capitão Salgueiro Maia, a qual levantou inúmeras especulações nos meios políticos.

Estes factos, que observadores próximos dos centros de decisão não consideram desligados dos acontecimentos ocorridos nas esferas militares (e não só), desde o discurso do major Melo Antunes (e também do Congresso do Partido Socialista) foram, pois, os temas centrais da "análise da situação político-militar" durante a reunião de ontem do Conselho da Revolução, conforme revelaram fontes militares próximas do CR. A esta reunião não assistiu, uma vez mais, o general Morais da Silva, chefe do Estado-Maior da Força Aérea, que se encontra ausente nos Estados Unidos.

Entretanto, as autoridades militares parece quererem agora cobrir com um manto de silêncio as notícias ultimamente publicadas sobre estes assuntos, tendo o capitão Sousa e Castro, referenciado num vespertino lisboeta como o despoletador do "caso Canto e Castro", afirmado a diversos órgãos de Informação que "não confirmava nem desmentia as notícias vindas a lume", acrescentando, contudo, que "naturalmente o Conselho da Revolução irá discutir o problema e tomará as medidas adequadas".

Porém, enquanto no dia de ontem, quer na Presidência da República quer no EMGFA, nada foi possível saber-se de concreto sobre um anunciado inquérito ao major Canto e Castro, o conselheiro Vítor Alves, falando aos jornalistas, cerca das 23,30, quando a reunião do conselho ainda decorria, confirmou a realização do inquérito que, segundo afirmou, estará a cargo de um representante do general Eanes e de representantes da Força Aérea.

Curiosamente, não foi o capitão Sousa e Castro, habitual porta-voz do conselho, quem fez esta revelação aos jornalistas, tendo Vítor Alves explicado esta ausência como ficando a dever-se a uma indisposição do capitão.

SALGUEIRO MAIA: COMUNICADO DO EME

Outro dos acontecimentos que recentemente, de certo modo, "abalou" as estruturas político-militares, foi a apresentação em Lisboa, a seu pedido, do capitão Salgueiro Maia, o homem que, em 25 de Abril de 74, ocupou o Carmo e prendeu Marcello Caetano.

Salgueiro Maia, que estava colocado na Escola Prática de Cavalaria, ficou apresentado na direcção daquela Arma, aguardando colocação. Na manhã de ontem, entretanto, rumores que circulavam na capital, davam como certa a ida do capitão Maia para os Açores. Aliás, o próprio governador militar de Lisboa, general Vasco Lourenço, que não confirmou nem desmentiu esses rumores — remetendo os jornalistas para um comunicado do Estado-Maior do Exército que sobre o assunto será publicado — afirmou que, a confirmar-se essa hipótese, ela "será absolutamente normal e está dentro das normas". Contudo, ao ser-lhe recordada a sua própria transferência para aquele arquipélago, nas vésperas do 25 de Abril, Vasco Lourenço acentuou não haver "comparação", acrescentando: "Não me estejam a comparar a mim com o ministro do Exército do antes do 25 de Abril".

Salgueiro Maia (que ontem esteve no EMGFA), a confirmar-se a sua colocação nos Açores, iria "assumir um comando da PSP" local, cargo para que, aliás, "foi apontado, há cerca de um mês", segundo informava um vespertino lisboeta citando fontes militares. Observadores políticos, por outro lado, pensam que a presença de Maia no Estado-Maior General das Forças Armadas se deve ao facto de este ir apresentar ao Conselho uma exposição sobre a sua situação.

PROCESSOS DO "11 DE MARÇO"

Ouvido pelos jornalistas, também no edifício do Restelo, aonde se deslocara para "examinar os processos do 11 de Março", o dr. Abranches Ferrão, advogado de alguns dos presumíveis implicados naqueles acontecimentos, afirmou não ser "oportuno" o recurso apresentado ao Supremo Tribunal Militar pelo superintendente da PJM, tenente-coronel Costa Neves, sobre a decisão do juiz instrutor daqueles autos.

Abranches Ferrão referiu ainda que Costa Neves "poderá recorrer, visto que é uma decisão que não é definitiva. Mas o processo ainda não está concluído. Ainda não há decisão que permita recorrer para o Supremo. Nós já sabemos que vai haver recurso, mas não sobe ainda. Tem que esperar alguns dias".

COMUNICADO DO C.R.

Por outro lado, um comunicado do Conselho da Revolução revela que a libertação do major Mota Freitas e de Joaquim Ferreira Torres se ficou a dever "à insubsistência de indícios incriminatórios suficientes para a manutenção da sua prisão preventiva".

A nota oficial indica, porém, que "não está ainda arredada definitivamente a responsabilidade criminal" dos dois libertados "nos factos que levaram à sua detenção".

O comunicado afirma também que "só a continuação das investigações poderá mostrar o grau de responsabilidade dos arguidos nos actos que lhes foram imputados".

Entretanto, o dirigente comunista Ângelo Veloso, discursando num comício integrado no VIII Congresso do PCP, revelara indirectamente que o seu partido fora consultado sobre a possibilidade de libertação do major Mota Freitas, facto que qualificou de "incompreensível". Nunca proferindo o nome de Mota Freitas, Ângelo Veloso afirmou não compreender como é que "um homem acusado de acções terroristas e acusado de se ter servido do posto para facilitar a colocação de bombas, um homem que ainda está à espera de julgamento, possa ser reinvestido no comando da PSP do Porto".

VASCO LOURENÇO: «não me estejam a comparar a mim com o ministro do Exército do antes do 25 de Abril»

ABRANCHES FERRÃO (sobre os processos do «11 de Março»): o recurso para o Supremo não é oportuno»

Autarquias locais: a importância do voto

por Rui Santos Alves *

O quadro das instituições democráticas vai completar-se com as eleições para as autarquias. Elas deverão ser o fundamento dum autêntico poder local, sem o qual não há verdadeira democracia. Muitos problemas da democracia tradicional do nosso tempo, resolvem-se por intermédio do poder local, quando verdadeiramente praticado. É esse um dos resultados da experiência democrática europeia. A expressão de que "A Europa está Connosco", tão do agrado de alguns políticos deste País, não pode cingir-se à presença "festivalesca" dos dirigentes europeus num congresso partidário ou numa Cimeira, ou à concretização dos auxílios económicos pedinchados. A eficácia e a democraticidade das instituições do Ocidente, constituem um contributo histórico para o mundo democrático e socialista e, que a jovem democracia portuguesa não deve recusar.

Vamos, portanto, eleger, livremente, os órgãos de governo local. No entanto, não basta elegê-los; é necessário assegurar-lhes condições de funcionamento eficaz.

Assiste-se, nos últimos anos, ao agravamento da situação financeira das câmaras, como corolário de, ao elevado acréscimo dos encargos correntes, não terem correspondido medidas de relançamento, tendentes a corrigir a desigualdade na distribuição das receitas fiscais entre o Poder Central e o Poder Local. Em consequência, verificou-se uma dependência mais acentuada do poder local em relação ao central, o que originou a ausência de participação efectiva das populações na gestão colectiva. Como exemplo da situação descrita, cite-se v.g., que 8% do Orçamento Geral do Estado é atribuído aos órgãos de poder local (na Suécia esse número é de 60% e na Inglaterra de 30%) e que uma administração local eficaz consome cerca de 15% do PNB enquanto que no nosso País ronda os 5%. Importa, agora, e de acordo com a Constituição que o MAI publique o projecto de decreto-lei que visa alterar, profundamente, as estruturas municipais.

Torna-se, também, fundamental para a efectivação e desenvolvimento do poder local, subsidiar as autarquias sempre que elas não consigam assegurar, através de receitas próprias, o nível de satisfação das necessidades colectivas locais socialmente indispensável (electrificação, abastecimento de águas, saneamento básico e educação) apoiar a cooperação financeira entre as autarquias locais, para solução de problemas comuns e para a realização mais eficiente de actividades que interessem a várias comunidades, fazer intervir os órgãos do poder local na especificação e execução dos projectos públicos das respectivas autarquias e, finalmente, elevar a cerca de 25% a atribuição do OGE aos órgãos do poder local.

É evidente, que a garantia de eficácia e competência na gestão camarária, passa pela real homogeneidade dos seus membros. No entanto, a aprovação por parte do PS e PC, do sistema proporcional, como modo de eleição da Câmara Municipal, vem obstar, claramente, ao seu funcionamento.

Não se concebe que uma câmara possa governar eficazmente, quando composta por elementos de ideologias diferenciadas e/ou contraditórias, tentando impor os pontos de vista partidários. Por outro lado, a lei regulamenta que a câmara reúna, somente, uma vez por mês. Ora, sendo a situação actual da maioria das câmaras deste País, de tal forma desconcertada, os seus novos governantes irão ser obrigados a uma actividade intensa, tendo em vista, a solução dos inúmeros processos pendentes no fundo das gavetas. Assim, sucederá que, ou se espera um mês para que a câmara se pronuncie e solucione os problemas (muitos deles urgentes) do município, ou vai recair, diariamente, sobre o presidente, todo um poder de decisão (que devia ser repartido com os vogais), originando uma gestão cupulista e centralizadora, que contraria os princípios fundamentais da democracia local.

Mas, não basta ir às urnas em 12 de Dezembro. Importa que as pessoas se interessem pelos problemas locais e procurem resolvê-los colectivamente. É para isso que devem existir as comissões de moradores. A Constituição reconheceu a sua existência, definindo-as com vista a intensificar a participação das populações na vida local, realizando as tarefas que os órgãos da freguesia lhes delegarem e conferindo-lhes o direito de petição perante as autarquias locais, relativamente a carências das zonas habitacionais.

É tempo de, neste País, pôr cobro à demagogia do "poder popular" que, ao longo destes dois anos de revolução democrática, pouco fez de socialmente útil. É tempo, também, de eleger democraticamente, os orgãos de acção popular, livres de qualquer instrumentalização partidária. É tempo, ainda, de desmascarar os "disfarces" do Partido Comunista Português e seus satélites, de criticar o caciquismo nacional do partido do Governo, ao candidatar ministros aos órgãos municipais somente para angariar votos, e de rejeitar o saudosismo "centrista". É tempo de, finalmente, escolher e votar. Votar na competência, na coerência, no avanço da democracia e na descentralização. Um país só é democrático, quando o seu povo participa activamente na consolidação e desenvolvimento das suas instituições. Votar, é mesmo importante.

**Empregado bancário*

PIERRE HUBER

HEALTH CLUB

TÉCNICA SUÍÇA ESPECIALIZADA PARA AMBOS OS SEXOS

* Perda de peso e centímetros
* Cintura fina, ancas mais estreitas
* Tratamento de algas contra a celulite
* Resultados garantidos

HOTEL SHERATON 1.º andar

TODAS AS INFORMAÇÕES PELOS TELEFS. 553353 e 563911–EXT. 221

Homenagem à memória do general Albuquerque de Freitas

Do general Kaúlza de Arriaga, que foi secretário de Estado da Aeronáutica no Governo de Salazar, recebemos, com o pedido de publicação, a seguinte carta:

"O general Albuquerque de Freitas. Conheci-o bem, quando fui secretário de Estado da Aeronáutica, ocupou vários cargos na Força Aérea, sendo o último o de chefe do Estado-Maior. Assim, foi meu subordinado e, naquele seu último cargo, foi meu colaborador primeiro, principal e directo.

O general Albuquerque de Freitas concentrava na sua personalidade, das virtudes militares, as mais nobres e altas — o carácter, a verticalidade, a lealdade, o sentido da hierarquia, o amor pelas responsabilidades, a coragem moral e física. Em termos de honestidade era indiscutível e até quase agressivo na preocupação de uma imagem autêntica perante os seus camaradas e perante a opinião pública.

Possivelmente sem fé, sem família directa, isolado no ambiente medíocre e amoral que hoje aparenta predominar, profundamente chocado com a quase destruição, em grandes sectores das Forças Armadas, de tudo o que nelas era eticamente superior, traumatizado com a degradação e o desastre nacionais, caluniado e insultado pela baixeza de alguns, vendo a ofensa à sua honra celebrada por certa Imprensa reles e difundida por outra com leviandade e sensacionalismo, impotente perante a difamação iníqua, considerou que os homens não mereciam o seu convívio, que a vida não merecia ser vivida. De certo modo e como alguém já fez notar, a sua atitude é paralela, na essência das causas e no acto final, à de Mouzinho de Albuquerque.

Aqui lhe deixo a minha homenagem.

E desejo que o sacrifício da sua vida não tenha sido inútil. E espero que esse sacrifício, imenso, total, constitua alarme que atinja as consciências rectas e o que há de são na autoridade e na Comunicação Social e, assim, conduzam a uma campanha e a acções decisivas na eliminação do uso vil que com frequência vem sendo feito da liberdade de expressão e decisivas na consecução de um uso de tal liberdade que, em contrário e sem prejuízo do pluralismo e vigor da expressão, respeite sempre a verdade e a justiça e se processe constantemente com dignidade e correcção".